

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS DE ESTUDOS PREGRESSOS (2001-2017)

Evelyn Iris Leite Morales Conde

Introdução

Trata-se de um trabalho com apontamentos de cinco teses de doutorado que tratam sobre os Conselhos Municipais de Educação, diante do entendimento que o CME é um importante espaço de representações de diferentes instituições e segmentos sociais que discutem e deliberam em defesa dos direitos educacionais (CURY, 2006).

São parte do Estado do Conhecimento da tese de doutorado, em andamento, 'Conselho Municipal de Educação de Campo Grande, MS: participação e representação social no processo de materialização da Meta 19 do Plano Municipal de Educação (2014-2018)' que conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Realizou-se essa etapa da pesquisa, considerando que nenhum pesquisador se situa "num patamar 'zero' de conhecimento; pelo contrário, partimos de condições já dadas, existentes, e de uma prática anterior" (FRIGOTTO, 1994, p. 86). Assim, apreende-se a importância da análise e categorização de estudos de uma determinada temática, enfatizando, nesse trabalho, teses de doutorado, em um Estado do Conhecimento, ou seja, "que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado" (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40); o que é descrito a seguir.

Estudos sobre Conselhos Municipais de Educação 2001-2017

As teses de doutorado foram pesquisadas no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recorte temporal a partir de 2001, ano de aprovação do Plano Nacional de Educação 2001-2011 até 2017, período em que a investigação foi iniciada. Resultando em 55 teses associadas ao tema da pesquisa que, depois da leitura de seus resumos, reduziram-se a cinco trabalhos com semelhança aos elementos do objeto da pesquisa de doutorado, descritos abaixo.

Tabela – Estado do Conhecimento 2001-2017

Ano	Título e autoria	Instituição
2013	Conselhos municipais de educação: espaço público democratizador? Márcia Cristina Machado PASUCH	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
2013	Participação e representação nos Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Belo Horizonte Chyntia Rubia Braga GONTIJO	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
2014	Conselho Municipal de Educação em municípios do estado de São Paulo: instituição, atribuições e Plano Municipal de Educação Marilice Trentini de OLIVEIRA	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)
2014	Institucionalização dos Conselhos Municipais de educação nas capitais brasileiras: a luta por uma nova hegemonia Paulo Eduardo dos SANTOS	Universidade Federal de Goiás (UFG)
2016	Conselhos Municipais de Educação de Artur Nogueira, Holambra e Paulínia: instâncias democráticas ou de regulação do Estado? Gisiley Paulin Zucco PIOLLI	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Fonte: Elaborado pelas autoras para esse resumo

Na tese de Pasuch (2013), o objeto central é o papel dos CME na construção da gestão democrática da educação pública, indicando a falta de preparação técnica e política dos conselheiros para ocupar a função e que a aprendizagem dos membros ocorre durante a ação enquanto conselheiro, sendo parte da construção dos objetivos em comum desse coletivo.

A questão sobre a paridade é levantada nessa tese. Discute, ainda, sobre a autonomia do CME no que se refere à capacidade de organização do colegiado, não apenas no contexto financeiro e material, mas como a correlação de forças entre seus representantes diante dos sistemas de ensino.

A tese de Gontijo (2013) tem objetivo geral identificar e analisar tendências relativas à representação em CME da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com a preocupação sobre o vínculo efetivo entre o conselheiro e a sua instituição de origem, enfatizando que esse é um aspecto central de sua representação nos espaços plurais de deliberação.

Aborda a importância da composição do CME, indicando elementos para a compreensão sobre as suas relações e, ainda, inferir na autonomia em relação ao

poder público. Gontijo (2013) problematiza sobre a paridade e destaca que em seus estudos não houve colegiado com equilíbrio entre os representantes da sociedade civil e da sociedade política.

Oliveira (2014) tem como objetivo da investigação a verificação se os municípios do interior do estado de São Paulo instituíram o Sistema Municipal de Ensino, se o CME foi inserido como elemento constitutivo do SME e se o município apresenta o Plano Municipal de Educação, destacando sobre esse último, a importância da participação do conselho na elaboração do planejamento educacional.

A relação CME e SME é abordada no sentido da autonomia do colegiado, com problematização dos municípios sem o vínculo com o SME, o que, segundo Oliveira (2014), foram suscetíveis à perda de sua autonomia. Os resultados indicaram que a maioria dos CME pesquisados estão sob supervisão do sistema estadual de ensino.

Santos (2014) analisou o processo de institucionalização dos CME das capitais brasileiras, entre eles o CME de Campo Grande, com descrição da sua história e vínculo com o SME. Sobre essa vinculação, o autor destaca que o contrário não seria impedimento para a atuação do conselho, mas pondera sobre a perda de autonomia se o colegiado municipal se abrigasse no sistema estadual.

O autor discute ainda a respeito da falta de critérios de escolha dos representantes, o que, em sua visão, não fortalece os princípios democráticos; e conclui que não existe um conselho “pronto e acabado”, por esses se constituírem em processo particular de institucionalização, sendo um espaço de disputas e em constante exercício de relação de forças.

Na tese de Piolli (2016), o principal objetivo foi “verificar o que de fato ocorre nessas instâncias para contribuir com reflexões sobre como conduzir as lutas por políticas educacionais que melhorem a qualidade da oferta de ensino, as condições de trabalho docente” (PIOLLI, 2016).

Ressalta sobre a paridade ao problematizar o número dos membros representantes da sociedade civil e do aparelho governamental. Piolli (2016) descreve, ainda, sobre a reiterada falta de cumprimento tanto das leis municipais quanto do próprio Regimento Interno dos conselhos em sua atuação nas deliberações; e conclui: “essas situações explicitam a fragilidade com que funcionam os CME e quando atuam como órgão administrativo do PEM” (PIOLLI, 2016, p. 328).

Considerações

Entre os elementos suscitados no Estado do Conhecimento realizado estão a autonomia, a paridade e a relação com o SME. Destaca-se a importância dessa etapa da pesquisa, como forma de observar, nesse caso específico, as fragilidades e as potencialidades dos CME, conforme foram expostas nas teses descritas. Essas oferecem um olhar para avançar na pesquisa, seja diante dos objetivos da investigação e até mesmo da problematização do objeto de pesquisa.

Portanto, o Estado do Conhecimento é uma ação essencial no processo de elaboração do projeto e, posteriormente, da tese, contribuindo, assim, conforme Romanowski e Ens (2006), para verificar as formas de análise, os enfoques e as perspectivas de cada pesquisa estudada.

Referências

CURY, C. R. J. C. **Conselhos de Educação: fundamentos e funções. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** ANPAE, v.22, n.1, p. 41-67, jan./jun., 2006.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 2 ed., aumentada. São Paulo: Cortez, 1994. p. 71-90.

GONTIJO, C. R. B. **Participação e representação nos Conselhos Municipais de Educação da região metropolitana de Belo Horizonte.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. 357p.

OLIVEIRA, M. T. **Conselho municipal de educação em municípios do estado de São Paulo: instituição, atribuições e plano municipal de educação.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. Biblioteca Depositária: Biblioteca campus Taquaral, Piracicaba, 2014. 267 p.

PASUCH, M. C. M. **Conselhos municipais de educação: espaço público democratizador?.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação - IE e Biblioteca Central da UFMT, Cuiabá, 2013. 239 p.

PIOLLI, G. P. Z. **Conselhos Municipais de Educação de Artur Nogueira, Holambra e Paulínia: instâncias democráticas ou de regulação do Estado?.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, 2016. 799 p.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SANTOS, P. E. **Institucionalização dos Conselhos Municipais de educação nas capitais brasileiras**: a luta por uma nova hegemonia. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. 269 p.